



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO
CURSO DE TURISMO

ANGÉLIQUE COCHAND

**ENVOLVIMENTO DOS PESCADORES COM O TURISMO EM
MARACAJÁ/RN**

Natal
2012

ANGÉLIQUE COCHAND

**ENVOLVIMENTO DOS PESCADORES COM O TURISMO EM
MARACAJÁ/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do
Curso de Turismo da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte,
como requisito parcial a obtenção do
grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof^a. Msc. Clébia
Bezerra da Silva

Natal
2012

ANGÉLIQUE COCHAND

**ENVOLVIMENTO DOS PESCADORES COM O TURISMO EM
MARACAJÁ/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação Curso
de Turismo da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte, como
requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Turismo.

Natal, ____ de ____ de 2012.

Clébia Bezerra da Silva, Msc.
Orientadora - UFRN

Ricardo Farias do Amaral, Dr.
Examinador - UFRN.

Andréa Virginia Sousa Dantas, Msc.
Examinadora - UFRN

Natal
2012

Dedico este trabalho ao meu irmão, Loïc Cochand, minha fortaleza e exemplo de homem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram em todos os aspectos possíveis para a minha formação acadêmica e enquanto pessoa.

Aos meus pais, Maria da Anunciação e Thierry, pela viabilização dos meus estudos, pelo incentivo para buscar mais conhecimento, pelas conversas e por acreditar em mim.

Ao meu irmão, Loïc, pelos conselhos, pelas risadas, pelo companheirismo, pelo incentivo e, principalmente, por ter sempre acreditado em mim.

À minha vó, Dona Diomar, pela ajuda constante, por ouvir os meus anseios, por ser o meu exemplo de mulher. Aos meus tios Janilson e Inês, pelas conversas sobre escolhas e pela torcida.

Aos meus primos, Paola, Narah e David, pelo apoio e compreensão.

À minha professora, orientadora Clébia Bezerra da Silva, pela paciência, pela compreensão, pelas indicações de textos e afins, por me ouvir e pelo apoio.

Ao Laboratório de Estudos Geoambientais - LEGEO, por dar total apoio e viabilizar as pesquisas em laboratório e, principalmente, nas atividades de campo, em especial à Maryanne Ferreira, que esteve presente em todas as entrevistas, por discutir sobre os assuntos pertinentes, e ampliar minha visão sobre a região de Maracajaú.

Ao Prof. Ricardo Farias do Amaral por fornecer material necessário sobre Maracajaú e demonstrar interesse no trabalho desenvolvido.

À comunidade de Maracajaú que foi bastante receptiva e interessada pelo trabalho em questão.

Às minhas amigas, Júlia Albuquerque e Júlia Carol, por sempre estar presente e prestes a me atender, escutar e aconselhar.

Aos meus amigos Pedro Augusto e Eric Vieira, pelo apoio, pelos puxões de orelha, pela inspiração e por me ensinar a nunca desistir.

À Alana Jácome, Rafael Lopes, Rafaell Barker pelos almoços, pela amizade e apoio constante.

Aos meus companheiros da turma de Turismo - 2008, especialmente a Cleiane Clementino, Alysson Diego, Maurício, Bennele, Luiz Fernando, Lina,

Karen, Ana Raquel e Diogo Melo pelos trabalhos feitos com dedicação e por fazer dos meus dias na universidade felizes, produtivos e inesquecíveis.

A Igor Luís, pelo companheirismo e por sempre estar pronto a ajudar. À Ingrid que sem dúvida foi uma das maiores ajuda, emprestando o Notebook quando mais precisei.

Aos professores Marcio Marreiro, Andréa Virginia e Lissa Valeria pelo incentivo à busca de conhecimento, por todos os assuntos discutidos, pelas oportunidades que acrescentaram na minha formação acadêmica.

A todo o corpo docente do Curso de Turismo.

Ao Centro Acadêmico do Curso de Turismo Sabino Gentile que serviu de aprendizado e me ensinou a trabalhar em grupo.

Aos que contribuíram diretamente ou indiretamente para minha formação,

A todos, muito OBRIGADA!

“A nossa maior glória não reside no fato de nunca cairmos, mas sim em levantarmo-nos sempre depois de cada queda.”

Confúcio

RESUMO

O turismo é uma atividade praticada assiduamente no mundo todo e que movimentava bastante a economia. O Brasil por ser um país onde a predominância do clima é quente e por ter belezas naturais peculiares, é um destino bem procurado. O Rio Grande do Norte não foge desse panorama e recebe grandes fluxos de turistas, principalmente por suas praias e clima quente. Maracajá entra nesse quadro e faz parte do roteiro do Rio Grande do Norte para os mergulhos nos parrachos que se situam na Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais – APARC/RN. Esses mergulhos são efetuados por empresas e pelos próprios nativos, os pescadores cadastrados no IDEMA para exercer essa atividade. O seguinte estudo visa analisar de que forma os pescadores se inserem na atividade turística na comunidade de Maracajá/RN. Primeiro foi feita uma pesquisa bibliográfica, uma pesquisa de campo com caráter exploratório em que os 14 pescadores cadastrados foram entrevistados e a pesquisa teve caráter qualitativo. A análise de dados foi de conteúdo e descritiva. Concluiu-se que o turismo na região é uma atividade cada vez mais procurada pelos autóctones que tem contribuído bastante na melhoria da qualidade de vida destes e conscientização dos mesmos sobre o meio ambiente em que se inserem. No entanto, é preciso planejamento para que a atividade obtenha mais sucesso no local, cursos de capacitação, diversificação do produto turístico e dar mais forças ao turismo comunitário.

Palavras-chave: Turismo. Maracajá. Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais do Rio Grande do Norte (APARC/RN).

RÉSUMÉ

Le tourisme est une activité pratiquée assidûment dans le monde entier et par conséquent fait partie intégrante de l'économie. Le Brésil pour être un pays où la prédominance du climat est chaud et pour avoir des beautés naturelles particulières, c'est une destination bien recherchée. L'Etat du Rio Grande do Norte n'échappe pas à ce panorama et reçoit un grand flux de touristes, principalement pour ces plages et son climat chaud. Maracajá entre dans ce cadre et fait partie de l'itinéraire du Rio Grande do Norte pour les plongeurs dans les lagons qui se situent dans la zone de protection de l'environnement des récifs ET coraux (APARC / RN). Ces activités de plongée sous-marine sont effectuées par des sociétés et par le propre autochtone. Les pêcheurs sont inscrits auprès de l'IDEMA pour exercer leur activité. Cette étude vise à analyser de quelle forme les pêcheurs se sont insérés dans l'activité touristique de la communauté de Maracajá/RN. D'abord il a été fait une recherche bibliographique, une recherche de terrain comme caractère exploratoire dans laquelle les 14 pêcheurs enregistrés ont été interviewés, et enfin la recherche avait caractère qualitatif. L'analyse de données est de contenu et descriptive. Il est démontré que le tourisme dans la région est une activité de plus en plus recherchée par les autochtones et qui contribue grandement à l'amélioration de la qualité de la vie de ceux-ci et permet une meilleure prise de conscience sur l'environnement ambiant dans lequel ils s'inscrivent. Cependant, une planification est nécessaire pour que l'activité obtienne un plus grand succès local, des cours de formation, une diversification du produit touristique et donner plus de forces au tourisme communautaire.

Mots-clés: Tourisme. Maracajá. Zone de Protection de l'Environnement des Récifs et Coraux du Rio Grande do Norte (APARC / RN).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – APARC - RN.....	16
Figura 02 – Colônia dos Pescadores.....	41
Figura 03 – Embarcações.....	51
Figura 04 – Posto de Saúde de Maracajaú	56
Figura 05 – Posto Policial de Maracajaú	56
Figura 06 – Praia de Maracajaú	58

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APARC-RN	Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais do Rio Grande do Norte
ATBCM	Associação do Turismo de Base Comunitária de Maracajaú
CEAPE	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
FAO	A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organizações das Nações Unidas
RN	Rio Grande do Norte
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SNUC	Sistema Nacional de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UCM	Unidade de Conservação Marinha
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA	14
1.2 JUSTIFICATIVA	17
1.3 OBJETIVOS	20
1.3.1 Objetivo Geral	20
1.3.2 Objetivos Específicos	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 ASPECTOS DO TURISMO	21
2.2 TURISMO COMUNITÁRIO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	26
2.3 COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PESCADORES	28
2.4 TURISMO E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PESCADORES	29
2.5 TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MARINHA.....	32
3 METODOLOGIA	37
3.1 Caracterização do estudo.....	37
3.2 Abrangência da pesquisa	38
3.3 Instrumentos de coleta de dados	38
3.4 Análise dos dados	38
3.5 Área de estudo	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	40
4.1 A Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais	40
4.2 Perfil dos entrevistados	44
4.3 Atividades desenvolvidas pelos pescadores no turismo de Maracajaú	47
4.4 Percepção dos pescadores com relação à atividade turística.....	53
4.5 Principais dificuldades e desafios enfrentados pelos pescadores para o desenvolvimento do turismo.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62

REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE.....	69
APÊNDICE A.....	70

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA

Hoje em dia o planeta encontra-se repleto de diversidades que vem aumentando cada vez mais, os meios de comunicação e transportes seguem um crescimento repentino, permitindo uma maior troca cultural e aproximação entre as pessoas do mundo inteiro.

Aglobalização é um fenômeno que integra todos os aspectos da sociedade atual - cultura, política, economia e o próprio convívio social – gera uma aproximação de todos os pontos do mundo em que tudo fica mais rápido e as produções acontecem constantemente, já que "a globalização não consiste na substituição de identidades, mas na articulação entre elas" (BANDUCCI JR, 2003, p. 17). Na medida em que os anos avançam, mais acelerado é o crescimento tecnológico. Apesar de existir os pontos positivos, tem-se uma série de impactos provocados pela globalização como problemas ambientais e desigualdades socioeconômicas em diferentes escalas (tanto locais, quanto globais). Esses fatores geram bastante discussões e preocupações a nível mundial.

Fatos como aquecimento global, desigualdades sociais, poluição, degradação ambiental, perda de cultura, entre outros são problemas que estão em pauta no globo, a partir disso, o conceito de sustentabilidade começou a ganhar forças. Muitos veem nele uma salvação para a situação atual do planeta, enquanto que alguns simplesmente não conseguem acreditar. A sustentabilidade busca minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos, para que uma ação seja sustentável ela precisa ter uma preocupação ambiental, contribuir economicamente, trazer benefícios à sociedade e se enquadrar na cultura local.

Dentro desse quadro, percebeu-se que o turismo traz uma série de mazelas para o meio ambiente e a comunidade local, muitas vezes é visto pela localidade como um predador e tratado com aversão, e se não planejado

adequadamente o turismo pode padronizar, degradar, aumentar o custo de vida e fazer com que um destino turístico perca a sua identidade - é assim que se ouve falar constantemente sobre a atividade turística mal planejada.

Então, hoje em dia fala-se de turismo sustentável que integra justamente os três pilares da sustentabilidade: economia, comunidade e meio ambiente – faz-se uma ponte entre os três a fim de chegar à sustentabilidade dentro do desenvolvimento turístico, diminuindo os impactos negativos e maximizando os positivos o que resulta em uma atividade saudável. Como afirma Rocha (2011, p. 385)

[..] é quase senso comum entre os pesquisadores e gestores do setor turístico, que a sustentabilidade do setor deverá estar centrada em três pilares: o econômico, o sócio-cultural e o ambiental. Aqui se considera que estes pilares fazem parte de um mesmo contexto da vida humana em sociedade, e por isso devem ser mediados pela política. Ou seja, a sustentabilidade efetiva não deverá ser apenas uma busca estrategicamente definida por setores técnicos de gestão, mas sim mediada pelos interesses das populações a quem se destinam as políticas de desenvolvimento.

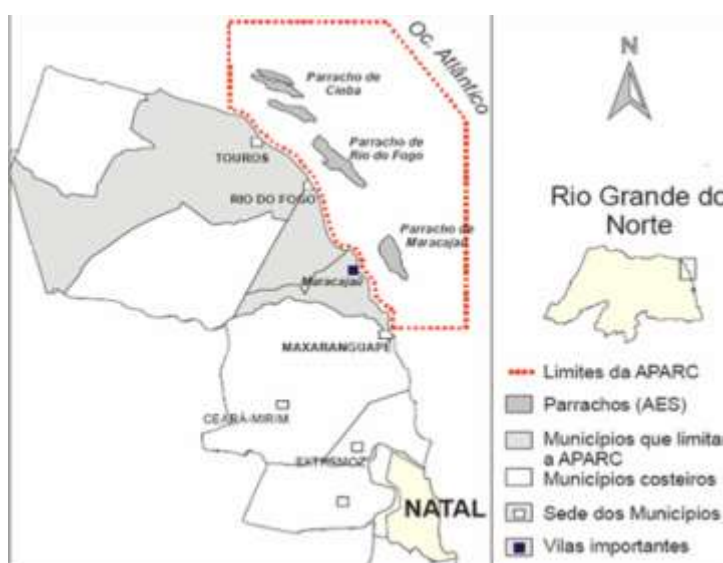
O turismo sustentável, se bem planejado pode trazer desenvolvimento econômico, resgate da cultura local e benefícios socioambientais. Atualmente, com todos os problemas gerados pelo turismo, essa forma de desenvolvimento deve ser aplicada para qualquer segmento da atividade não só para aqueles voltados para a natureza, mas sim desde o turismo de massa ao turismo alternativo – não existe possibilidade de ligar a sustentabilidade apenas a práticas na natureza.

Com esse assunto sendo abordado nos debates regionais, nacionais e internacionais, a sustentabilidade começou a ser procurada por muitos, gerando outro tipo de demanda, e os clientes passaram a exigir práticas sustentáveis das empresas. No turismo isso não é diferente, uma parte dos turistas está mais consciente e quer que os destinos se adéquem a essas demandas. Porém, não só os turistas cobram, como também as próprias comunidades locais se envolvem na atividade, por gerar retorno e percebem essa necessidade.

Dentro do turismo existem vários segmentos que atendem a diversos tipos de clientes. Em algumas Unidades de Conservações (UCs) o turismo é utilizado para auxiliar na preservação e gerar retorno econômico para a localidade. No Brasil, existem Áreas de Proteção Ambientais (APA's), onde há o uso do espaço para o desenvolvimento de atividade turística como alternativa para a preservação e valorização da área. Por exemplo, a APA do Delta do Parnaíba, APA do Sistema Cantareira em São Paulo, APA Litoral Sul de Sergipe, entre outros. Segundo a Lei nº 9985/00 (Art.15) uma APA define-se

Como sendo uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A região abordada por esse estudo é Maracajaú, localizada no município de Maxaranguape, no Estado do Rio Grande do Norte, a 54 km de Natal (capital do Estado), que faz parte da área de influência direta da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais do Rio Grande do Norte - APARC-RN – (figura 1), essa foi criada em 2001, pelo governo do Estado, e tem como objetivo proteger a biodiversidade e a vida marinha presente na área com ocorrência de recifes de corais e suas adjacências (IDEMA, 2001).



Fonte: Localização da APARC/RN (AMARAL, 2002, apud SILVA, 2009).

Esse local tem no turismo uma importante fonte econômica e vem crescendo cada vez mais, esse destaque é percebido por muitos, inclusive pela comunidade levando então ao interesse e envolvimento dela na atividade. Os recifes de corais são os principais atrativos do local e as atividades realizadas com os turistas consistem em mergulhos para que estes possam observar as belezas naturais ali existentes. Maracajaú é citado como o “Caribe” do Rio Grande do Norte, por alguns sites voltados para o turismo como, por exemplo, o Diário do Nordeste, dando mais peso às expectativas criadas pelos possíveis visitantes sobre o local, com isso, espera-se um verdadeiro paraíso natural.

O fato de Maracajaú ter uma atuação da comunidade no turismo, principalmente pelos pescadores da região, nos mergulhos, e possuir a Associação de Turismo de Base Comunitária de Maracajaú, que visa dar mais forças à comunidade dentro do turismo, pode levar o visitante a ter um contato mais próximo com a cultura local. Esse fator é de suma importância para agregar valor ao turismo na região e pode atrair visitantes que realmente desejam esse contato – o turismo primeiramente baseia-se em trocas culturais.

O presente trabalho descreve as atividades dos pescadores na comunidade de Maracajaú, portanto, desperta uma curiosidade: de que forma os pescadores atuam e relacionam-se no desenvolvimento da atividade turística de Maracajaú/RN?

1.2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se por turismo ser um assunto de grande abrangência e relevância, nele tem-se um complemento para o desenvolvimento econômico de um local, assim como um resgate a diversos aspectos do destino que muitas vezes não são percebidos quando não há a prática do turismo. No caso da comunidade estudada, o turismo não só se

desenvolve em uma APA como também tem a atuação da comunidade na atividade.

Os estudos que estão relacionados ao tema pesquisado nesse projeto são: Santiago (2010) com o artigo Desenvolvimento do turismo e seus impactos na APA do Delta do Parnaíba; o artigo de Quaresma (2006) com o título de “Turismo como instrumento de ação coletiva em áreas pesqueiras do litoral da Amazônia”; a dissertação de Stori (2005), “Pescadores e Turistas em uma Área Marinha Protegida: Uma contribuição ao planejamento da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, Bahia – Brasil”; sobre Maracajaú, a dissertação de Paiva (1997), “Pensando Maracajaú: Uma vila de pescadores”; e por fim, tem-se os trabalhos de Silva (2009), que abordam o turismo em Maracajaú, são eles: “Análise da imagem que turistas e comunidade local têm da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais -APARC (RN)” e “Análise da Atividade Turística desenvolvida na Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais – RN”, entre outros.

Identificou-se escassez de estudos referentes ao envolvimento da comunidade na atividade turística realizada nas áreas litorâneas, mais especificamente, os pescadores, que são os mais interessados em aumentar a sua renda com essa prática.

No que diz respeito ao turismo como um todo, sabe-se que a comunidade pode tanto ajudar no desenvolvimento sustentável do destino quanto provocar sérios impactos durante o seu envolvimento no turismo, tudo depende de como, quando e onde estão sendo realizados os serviços.

No caso de Maracajaú, fazendo-se uma pesquisa sobre os pescadores inseridos no turismo, os dados obtidos serão de interesse acadêmico, visto que nos temas atuais o assunto “comunidade” está em ênfase e principalmente nesse caso por serem pescadores atuantes em uma APA. Existe também nessa pesquisa um interesse local, pois se sabendo mais sobre essa atuação haverá uma possibilidade de inserir os pescadores adequadamente na atividade, contribuindo com o planejamento em longo prazo e conseqüentemente o sucesso deste.

Existe um grande estímulo para estudos e práticas relacionadas ao meio ambiente, principalmente no turismo, pois é através dele que se pode conhecer os lugares mais peculiares. Em contrapartida se não houver um planejamento certo para essas localidades, o desenvolvimento desse turismo tende a se tornar um “turismo de massa”, passando a degradar e ter uma imagem predatória. Deve-se tomar cuidado ao planejar uma Área de Proteção Ambiental e a comunidade que está diretamente ligada a esta, para que a degradação não ocorra. Com isso, se dá a importância deste estudo, visto que a comunidade é o seio de um destino e o principal disseminador das boas práticas.

Apesar da gestão da APARC ser feita pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), além de haver um interesse da comunidade e a região ter uma forte tendência a aumentar sua exploração turística, não existe um planejamento turístico adequado e a devida fiscalização sobre a prática. Então, percebeu-se uma necessidade de conhecer mais sobre a atuação desses autóctones nesse quesito. Conhecendo melhor sobre o envolvimento destes haverá um maior entendimento de Maracajá como potencial turístico, assim como a identificação de certas lacunas existentes no turismo desenvolvido nesta localidade.

Assim, este trabalho justifica-se ainda por contribuir para o aumento da bibliografia sobre turismo em áreas de proteções ambientais e principalmente sobre o turismo desenvolvido na comunidade de Maracajá/RN. Este primeiro importante, pois quanto maior referencial houver sobre APA, maior será a possibilidade de encontrar maneiras adequadas de manejar este tipo de área. O segundo caso possibilita um maior conhecimento da atividade turística do Rio Grande do Norte, facilitando, assim, o seu planejamento e melhoras no desenvolvimento sustentável da atividade.

A escolha desse tema deveu-se à participação da pesquisadora no projeto de extensão “Caminhos de Maracajá” na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e principalmente por se identificar bastante com temas como meio ambiente, comunidade e planejamento.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar de que forma os pescadores se inserem na atividade turística na comunidade de Maracajá/RN.

1.3.2 Objetivos específicos

- a)Mostrar como os pescadores percebem a atividade turística;
- b)Verificar quais atividades turísticas são desenvolvidas pelos pescadores;
- c)Identificar as principais dificuldades e desafios que são enfrentadas pelos pescadores para o desenvolvimento do turismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ASPECTOS DO TURISMO

A globalização e as facilidades agregadas a esta, estimula, atualmente, em grande parte da população mundial, o desejo de se deslocar, e assim, conhecer pessoalmente os lugares dos quais tomam conhecimento através da televisão, internet e livros. Segundo Costa (2005, p. 283)

[...] a definição de turismo encerra, invariavelmente, o estudo do movimento de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência e por períodos superiores a vinte e quatro horas, sendo que esta movimentação acontece tendo por base um conjunto de motivações centrais e que as mais importantes e significativas são as que dizem respeito a fatores sociais, culturais, patrimoniais, ambientais e econômicos.

Sabe-se que o turismo envolve vários aspectos, que incluem fatores, sociais, culturais, ambientais e econômicos, o que o faz complexo como um todo, já que além de abranger todos esses fatores, ele é praticado por pessoas de várias faixas etárias e diferentes classes sociais.

O turismo é um dos maiores movimentadores da economia mundial, visto que é bem praticado e tem bastante atenção por todos. É encarado pela maioria como a salvação da economia, e por isso, vários são os países que investem cada vez mais no turismo e tentam se inserir nesse mercado tão amplo.

Ninguém atualmente escapa da atividade turística, todos participam direta ou indiretamente dela, seja como turista, prestador de serviço ou residente de uma cidade que recebe visitantes. O Brasil, inclusive, não foge disso e tem investido cada vez mais no turismo, visto que o país tem recursos naturais ímpares e um clima quente que atrai principalmente os estrangeiros que residem em países de clima frio. Entretanto, Alban (2007,p.307) lembra que

O que a política turística brasileira parece desconhecer é que a existência de atrativos turísticos naturais e culturais é, sem dúvida, um ponto importante da equação, mas é apenas um ponto. Não basta criar infra-estrutura para torná-los acessíveis para que tudo dê certo. Ao contrário, se muitos atrativos são tornados acessíveis ao mesmo tempo, tudo pode dar errado, por mais perfeitas que sejam as infra-estruturas e as políticas de qualidade.

Investir sem planejar, visar apenas à venda do produto e ver primeiro o retorno econômico sem levar em consideração os impactos que este pode provocar, são atitudes que geralmente levam a atividade ao fracasso. "O turismo aparece assim como um veículo da mercantilização de tudo, desde um lugar ao sol até a transformação do folclore em espetáculo programado para os turistas" (OURIQUES, 2012, p.6). Essa visão tira todo o brilho que o destino tem a oferecer e em algumas situações decepciona o próprio turista.

A partir disso, percebe-se a dimensão que esta atividade toma pelo mundo e que todos estão sujeitos a pelo menos uma vez na vida entrar em contato com o turismo. Porém, como diz Ouriques (2012, p.4):

De início, é necessário destacar que, em regiões periféricas, a introdução da atividade turística tem, inicialmente, um efeito desestabilizador, de desestruturação da economia pré-existente. São inúmeros os relatos de processos de decadência e mesmo de desaparecimento das atividades econômicas tradicionais a partir do advento do turismo.

Apesar de gerar benefícios, o turismo também traz uma série de malefícios para a economia do local, visto que a economia pré-existente sofre alterações diretas ou indiretas dependendo do lugar onde a atividade está se inserindo. Por isso, há uma necessidade de preparar o destino antes de sofrer um impacto dessa magnitude. Como afirma, ainda, Ouriques (2010, p.6), "essa inserção do turismo para os trabalhadores, significa apenas diminuir ou substituir as atividades econômicas tradicionais por outras que são entre elas guias, garçons, cozinheiros, faxineiros, etc". Os trabalhos geralmente encontrados pela população no setor turístico são de caráter informal que não alteram significativamente a qualidade de vida destes.

O turismo, além de movimentar a economia de um lugar, também envolve aspectos sociais e culturais de uma comunidade e dos visitantes. A cultura é algo inerente à qualquer sociedade e bastante peculiar "a todo momento, a cultura se encontra em processo de transformação; e todo gesto, toda palavra, toda relação, no âmbito do indivíduo ou do grupo, cria condições novas no interior da sociedade" (NOGUEIRA, 2008, p.4).

A atividade turística põe de frente diversas culturas e mexe com a estrutura social de qualquer comunidade, pois o destino tem que se adaptar aos novos visitantes, assim como os visitantes tem que se enquadrar aos costumes locais. Como afirma Banducci Jr e Barreto (2003, p. 19):

O contato entre turistas e residentes, entre a cultura do turista e a cultura do residente, desencadeia um processo pleno de contradições, tensões e questionamentos, mas que, sincrônica ou diacronicamente, provoca o fortalecimento da identidade e da cultura dos indivíduos e da sociedade receptora e, muitas vezes, o fortalecimento do próprio turista que, na alteridade, se redescobre.

Com isso, a atividade turística, além de interferir na estrutura social, pode agregar valor à comunidade e desenvolver um aprendizado de ambos os lados, sendo positivo. Não obstante, o turismo pode provocar a destruição como estimulação de respostas positivas que reforçam a identidade do grupo ou de outros aspectos da cultura local (BANDUCCI JR, 2003, p. 43). Deve-se levar em consideração que "para o turista, seja o do tipo explorador, o de elite, os excêntricos, os usuais ou os de massa, muitas vezes pouco importa se sua presença influencia ou prejudica o viver cotidiano das populações visitadas." (SILVA, 2003, p. 178) Por isso, é preciso promover a conscientização dos turistas, planejar o turismo para agregar valor à cultura local, já que os aspectos culturais são fatores cada vez mais procurados pelos turistas. Nogueira (2008, p. 2) diz que:

O processo de inserção de elementos da cultura local nas atividades turísticas demonstra a necessidade, advinda do mundo globalizado, de preencher de significado espaços, objetos e atividades, não os deixando vazios de identidade e estranhos ao contexto que os criou. O turismo, como catalisador do patrimônio cultural, costuma

apropriar-se de valores da cultura, interpretá-los e produzir significado para as coisas que os turistas vêem e buscam usufruir.

A cultura é um aspecto que tem que ser valorizado pela atividade turística, que precisa ser resgatado e não anulada pelo turismo, já que este tem o poder de resgatar a cultura envolvendo a comunidade local no processo.

Não se pode falar em turismo sem tratar do meio ambiente, na verdade, não existiria turismo sem o meio ambiente, pois é este que atrai o interesse das pessoas. Assim, é a partir dele que começam os deslocamentos e os interesses em determinados atrativos ou destinos por parte dos turistas, pois estes são os seus principais atrativos: a natureza, a comunidade, as relações humanas e as relações dos indivíduos com o meio. Sendo justamente nesse aspecto que o turismo se baseia, ou seja, na vivência.

Então, o meio ambiente sendo o conjunto de todas as condições e influências externas circundantes, que interagem com os organismos, as populações ou comunidades, pode ser considerado o espaço físico onde ocorrem as inter-relações entre o meio e os seres vivos (ESCOUTO, 2000, p.3). Visto que o meio ambiente diz respeito desde a natureza até a comunidade, pode-se dizer que ele é a ponte em que esses elementos se relacionam e conseqüentemente, o início de todos os processos existentes.

O Homem sempre utilizou a natureza para atender às suas necessidades, na medida em que foi se desenvolvendo esse consumo passou a ser cada vez mais intenso, atualmente tem-se como resultado dessa exploração uma vasta degradação ambiental no planeta. Deste modo o Homem percebeu que a natureza é finita, mais ainda, que sua própria sobrevivência depende de uma relação sociedade/natureza mais equilibrada (ESCOUTO, 2000, p.4). Por isso, nos dias de hoje fala-se bastante em impactos causados no meio ambiente, esse problema também não foge do turismo, que muitas vezes contribui para aumentar a degradação ambiental, como diz o Ministério do Turismo (2007, p.8)

O turismo, quando comparado com outras atividades, como a industrial ou agrícola, costuma causar menos problema à natureza e às pessoas. Na verdade, o turismo, por muitos anos, foi considerado uma atividade que não

provocava danos ao meio ambiente (SANTIAGO et al, 2010, p.3). Contudo, se mal planejado, pode promover grandes descaracterizações às paisagens naturais e culturais dos destinos turísticos. Por isso, essa atividade deve ser pensada de modo que não agrida o ambiente, porém não apenas nos aspectos naturais como é de fundamental importância levar em consideração os sociais. Segundo Santiago et al (2010. p. 5) o turismo agride tanto quanto as indústrias, por conta do crescimento e implantação de infra-estruturas necessárias para seu desenvolvimento, tais como, aumento dos transportes aéreos, rodoviários, ou ferroviários.

A atividade turística pode provocar descaracterização do meio ambiente, perdendo os aspectos que são realmente procurados pelos turistas, pois os destinos que tem abundância de recursos ambientais geralmente atraem pessoas que apreciam esse tipo de paisagem, mas a apropriação que o turismo faz do meio ambiente pode levar a descaracterização da localidade e acaba provocando uma perda de interesse dos turistas pelo local. Conforme Gonçalves (2009, p.?)

A atividade turística vem ocasionando impactos danosos ao meio ambiente, principalmente no que se refere às zonas litorâneas cada vez mais procuradas por turistas, no qual acabam por desencadear uma corrida pela expansão imobiliária, destacando a presença de grandes empreendimentos turísticos na costa, através do uso e ocupação de maneira desordenada trazendo consigo danos irreversíveis ao meio ambiente.

Há também a padronização dos destinos pelos empreendimentos construídos para a execução da atividade. Muitas vezes criando os chamados não-lugares, aqueles em que não se consegue definir em que paisagem ou cultura o indivíduo se encontra. Têm-se como exemplos de não-lugares os shoppings, aeroportos, auto-estradas, dentre outros. Isto leva não só à degradação ambiental como à perda da identidade local, como diz Mendonça (2001, p. 22)

Na formação dos centros turísticos, a população nativa é freqüentemente afastada de seu local de moradia e atividade de origem. Isto se dá das mais diversas formas, seja fisicamente,

vendendo sua terra e deslocando-se para outro lugar, seja participando informal e marginalmente da economia, seja menosprezando seus próprios valores culturais e submetendo-se aos novos, trazidos pelos turistas.

Esse quadro, o afastamento dos autóctones da atividade turística desenvolvida no local, tem que se reverter, pois como diz Wöhlke e Moratelli (2003) a necessidade de criar empregos, gerar divisas para o país, de reduzir as desigualdades regionais e distribuir melhor a renda são questões que devem ser enfrentadas de imediato. A vocação natural do nosso país para o turismo deve ser transformada em fonte permanente de riqueza.

Apesar de o turismo ser uma atividade que provoca impactos ao meio ambiente, ele não é a única que contribui para isso, sabe-se também que existe possibilidade de usar a mesma para incentivar a preservação da natureza, assim como resgatar a cultura de uma determinada comunidade. De acordo com Gonçalves (2009, p.?) “[...] quando a atividade turística acontece, ela traz consigo pontos positivos e melhorias, como por exemplo, o estímulo para a conservação dos recursos naturais que em alguns casos favorece a qualidade ambiental”. Além disso, a comunidade tem que ser inserida na atividade turística de modo que esta participe de todo o processo, desde o planejamento à execução, visto que as comunidades conhecem muito bem as características ecológicas do meio natural e seu limite de saturação. Sua participação ativa pode dar os parâmetros da sustentabilidade da atividade turística (MENDONÇA, 2001, p.23).

Então, percebe-se que o turismo precisa do meio ambiente, porém muitos afirmam que o meio ambiente não precisa do turismo. Apesar disso, o turismo se bem planejado pode ser uma possível alternativa para amenizar impactos negativos na natureza, ajudar na preservação de um meio, valorizar culturas, além de trazer benefícios para a comunidade local.

2.2 TURISMO COMUNITÁRIO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A atividade turística não é apenas o deslocamento de pessoas para outros lugares em um período acima de 24h, como afirma a Organização Mundial do Turismo (OMT), ela vai muito além. Ultrapassa o deslocamento, os empreendimentos, os atrativos, o clima e os próprios turistas, pois envolve o lugar em que esta está sendo desenvolvida. Com falta de preparo na localidade, não há possibilidade de fazer turismo adequado, visto que sem destino não há turismo e sem população local, não há destino. Para Russo (2005) a inclusão das comunidades do entorno nos destinos é inevitável, da mesma forma que as tradicionais nos processos de gestão e promoção da atividade turística no mundo, pois não se pode ignorar a bagagem cultural que elas possuem a respeito do manejo do meio ambiente.

O turismo muitas vezes é planejado sem levar em consideração a comunidade no processo ou até mesmo no próprio desenvolvimento da atividade. Essa acaba entrando na invisibilidade do destino e posta como pano de fundo que serve apenas como atrativo aos visitantes, visualizada como produto do pacote turístico pelos gestores do turismo e pelos próprios turistas. As próprias ações de marketing dos destinos remetem a isso e mostram o modo de vida da população como fato curioso a ser visto.

Sabe-se também que estes autóctones não têm oportunidades dentro da atividade e não melhoram o modo de vida com a vinda desta, pois são marginalizados, o que provoca o aumento das desigualdades sociais e violência. "Embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vem sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais [...]" (ARRUDA, 1997, p. 6). O autóctone é o que conhece mais a fundo o lugar, com isso, pode contribuir de forma efetiva no planejamento do turismo tanto para a revitalização da cultura, preservação do meio ambiente e retorno econômico. Para Kalikoski et al (2009, p. 152):

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 7.661, de 1988) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9985, de 2000) são exemplos de políticas públicas brasileiras que estabelecem

a necessidade da participação das comunidades locais nas tomadas de decisão, assim como da legitimação das práticas tradicionais de manejo dos recursos.

Apesar de essas mazelas fazerem parte de muitos quadros de destinos manejados atualmente, sabe-se que com planejamento participativo que remete o autóctone ao processo de tomada de decisão e participação ativa no desenvolvimento da atividade, esses podem obter benefícios com a atividade que vem a melhorar o modo de vida. Segundo Russo (2005, p. 220) “evitar a erosão cultural e os impactos sociais causados pelo contato entre povos parece ser a tônica da sustentabilidade procurada nas atividades turísticas como um todo”. Assim como, agradar aos turistas de maneira mais abrangente por serem atendidos pelos próprios autóctones e ver que o lugar em questão se alegra com a vinda desses. Como afirma Arruda (1997, p. 13):

Trata-se de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania destas populações, valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais. Isso não significa ressuscitar o mito do "bom selvagem" ou do "ecologismo nato" das populações selvagens. Tanto quanto nós, as comunidades tradicionais estão sujeitas às dinâmicas sociais e a mudança cultural. Nem todos são "conservacionistas natos", porém há entre eles um grande conhecimento empírico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema regional.

Como dito anteriormente, qualquer sociedade está sujeita a mudar sua dinâmica e cultura, o mesmo acontece com as comunidades locais, pois elas não estão intactas às influências externas, se espelham nas metrópoles procurando ter um modo de vida parecido. Isso é inerente ao ser humano, a busca por atingir um “objetivo” que a seu ver é melhor à situação atual. Já que esse processo é natural, sabe-se que as comunidades passam pelo mesmo, porém não se pode esquecer que estas têm costumes, tradições, lendas únicas ao lugar e por conhecer o lugar de modo mais profundo – é fundamental que essas participem ativamente do planejamento e inserção de qualquer atividade.

2.3 COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PESCADORES

As comunidades tradicionais como já diz o próprio nome são aquelas que mantêm o modo de vida tradicional que não sofreram muitas modificações culturais e têm costumes bem nítidos que são passados dos pais para os filhos ao longo dos anos. Para Kalikoski et al (2009, p. 162)

Ainda, relacionadas à atuação deficiente de instituições que atuam junto às populações tradicionais, são citadas a falta de suporte técnico e científico no manejo e na conservação dos recursos e a não inclusão das populações e de seu conhecimento local/tradicional nas pesquisas científicas.

Além da cultura, geralmente existe um modo de produção específico dessas comunidades que afeta diretamente a economia do local. Geralmente, na medida em que o desenvolvimento tecnológico se expande, essas populações são afetadas e sentem-se pressionadas a se adaptarem para se encaixar na sociedade globalizada.

Dentro dessas comunidades tradicionais, tem-se, por exemplo, aldeias de índios, comunidades de pescadores, agricultores, dentre outras. Segundo Russo (2005, p. 227) “A simplicidade, a liberdade e a rusticidade das comunidades tradicionais não são concebidas pelo homem urbano, especialmente quando ele se depara com os ‘enigmas do natural’”. Pois, todos eles desenvolvem atividades que datam de muitos anos atrás e são auto-suficientes, passaram muito tempo sem depender de outras atividades econômicas para complementar sua renda.

Hoje em dia a realidade não é mais essa, vê-se uma restrição à atividade tradicionalmente desenvolvida e a necessidade de outras atividades econômicas no local para que as famílias consigam manter-se. Poucas são as comunidades que conseguem permanecer intactas às influências externas, ou melhor, às influências do sistema capitalista que requer consumo constante. Com as comunidades pesqueiras acontecem justamente essas influências externas, principalmente no que concerne às novas tecnologias. Como Diegues (1999, p. 371) explica

O mar, espaço de vida dos pescadores marítimos, é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, migração, etc. A vida no mar é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços e pela extrema perecibilidade do pescado que, uma vez capturado, deve ser vendido rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de comercialização que, usualmente, lhe são desfavoráveis.

A pesca é uma atividade antiga, portanto praticada e importante no mundo – o peixe é bastante consumido pela população mundial, de acordo com a Agência das Organizações das Nações Unidas (ONU) – FAO (2011) para a agricultura e a alimentação “a produção mundial de peixe e produtos pesqueiros passou de 142 milhões de toneladas em 2008, para 145 milhões em 2009. Desses 145 milhões, 115 são destinados ao consumo”. Visto sob essa perspectiva o comércio do pescado exige rapidez e grandes quantidades, com isso, surgem as empresas voltadas para a pesca – o que chamamos de pesca comercial.

Dentro desse quadro, os pescadores tradicionais são postos de lado e não usufruem de vantagens competitivas, pois não se utilizam das novas tecnologias para a pesca – o que leva a uma menor produção do pescado. Além disso, existem os problemas causados pela pesca no meio ambiente, que leva a extinção de certas espécies e conseqüente proibição de pescar em algumas áreas, fatos como esses deixam o pescador tradicional sem opção para continuar na atividade e a procurar alternativas para complementar a renda.

2.4 TURISMO E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PESCADORES

O turismo é uma atividade tão ampla que atinge lugares antes desconhecidos, geralmente pela beleza natural que a região apresenta e por ter um forte potencial turístico. Com isso, é comum ver comunidades tradicionais que passaram a conviver com o turismo no seu cotidiano, entre

elas, tem-se as comunidades tradicionais de pescadores. Muitos são os pescadores que deixam a pesca para envolver-se no turismo, na busca de melhor qualidade de vida. Diegues (1999, p.368) relata dois estudos feitos nos anos noventa sobre o assunto

Os impactos do turismo sobre as comunidades de pescadores artesanais também tornou-se um tema importante para os cientistas sociais. Sobre esse assunto pode-se ressaltar a tese de mestrado da antropóloga Maria del Carmen Calvente (1993), *No Território do Azul-Marinho – a Busca do Espaço Caiçara*, em que a autora analisa os conflitos gerados com o desenvolvimento do turismo na Ilhabela. O trabalho do antropólogo Steve Plante, *Espaço, Pesca e Turismo em Trindade* (1997), avalia os impactos do turismo sobre a comunidade caiçara de Trindade, no Rio de Janeiro.

Apesar de a sustentabilidade ter ganhado efetiva força no século XX e conseqüentemente, no turismo, a comunidade passou a ser vista por outro ângulo no mesmo período. Porém, aqui se percebe que essa preocupação já estava presente em anos passados e forma um assunto bastante enriquecedor para o turismo. Santos (2010, p. 13) descreve a relação dos pescadores e turistas no Farol de Santa Marta em Laguna

A venda do peixe é um dos aspectos da relação entre pescadores e turistas, mas o que se ressalta na observação direta, nos registros fotográficos e nas entrevistas é o recurso ao aluguel das casas, prática que vem trazendo conseqüências drásticas na ocupação do espaço e no sistema de escoamento de esgoto da Prainha, que desemboca na areia e corre a céu aberto em direção ao mar. Vista de modo panorâmico, as casas da Prainha e de seu entorno formam um conjunto desordenado. Ao adentrarmos nele, ao caminharmos por entre as casas, temos a impressão de percorrer uma espécie de labirinto.

Quando o turismo começa a se inserir nas vilas de pescadores e que a comunidade tem seu interesse despertado pela atividade, geralmente a primeira atitude é o aluguel de casas por ser um meio mais rápido e fácil de ganhar o dinheiro. Muitas vezes, os autóctones deixam suas casas durante a alta temporada para alugar e vão para um lugar distante ou ficam em quartos pequenos próximos à casa. Santos (2010, p. 14) diz que “é como se um novo

espaço começasse a emergir com a chegada do verão: a vila de pescadores transforma-se em espaço turístico”. Para reforçar, Diegues (1999, p. 365)

Em sua última estadia na comunidade, em 1980, a situação tinha se transformado ainda mais, sobretudo pela abertura de uma estrada asfaltada ligando Arambepe a Salvador. Com ela, o turismo se intensificou ainda mais e se transformou na atividade mais importante na comunidade. Nesse ano, o número de pescadores tinha se reduzido a metade em relação a 1973 e a atividade tinha sofrido grandes transformações, com a introdução da pesca empresarial-capitalista, que usava sobretudo a força-de-trabalho migrante, exterior à comunidade. Inúmeras famílias passaram a viver de serviços a turistas (aluguel de casas, embarcações).

O relato anterior retrata bem como que o turismo muda o quadro de uma comunidade, principalmente vila de pescador que tem toda uma tradição e cultura que foge totalmente do turismo. Porém, sabe-se que estas comunidades têm o poder de manejar o turismo de forma adequada, pois conhecem mais do que ninguém o lugar.

A praia é o que realmente liga os pescadores e turistas, pois estes veem no lugar a principal riqueza – o mar, que segundo Santos (2010, p. 16)

[...] se sujeita a vários significados, cada um deles construídos de acordo com o sujeito social que o enuncia: ela é, para o turista, objeto de fruição. Para o nativo, que o tem como meio de produção, objeto de subsistência [...].

Nas vilas de pescadores, quando a atividade turística começa a ser desenvolvida, a praia é o principal atrativo, por ser uma região litorânea e o primeiro elemento procurado pelos turistas quando se fala em litoral. Por isso, ela é no primeiro contato, a ligação do turista e dos pescadores, porém, o mar é visto por cada um de maneira diferente, para um é meio de trabalho e faz parte do seu dia a dia, para o outro é um meio de lazer. Essas diferenças de percepção não só do mar, como de todos os elementos que envolvem a atividade turística precisam ser conhecidas, pois os choques culturais podem ou não ser positivos.

2.5 TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MARINHA

Em 2001 foi criado no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação conhecido também como SNUC, que diz respeito a todas as Unidades de Conservação (UCs) existentes no País. As UCs, Federais e Estaduais, protegem apenas 1% da Zona Costeira e Marinha (MERCADANTE, 2007, p. 1), ou seja, há um déficit no que diz respeito à conservação marinha no país, pois é uma área difícil de manejar e muito ampla. Dentre as Unidades de Conservação Marinha (UCMs) existentes no Brasil, tem-se, o Arraial do Cabo no RJ; Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Carumbau; Reserva Biológica Marinha do Arvoredo; dentre outras.

A grande preocupação que se tem com relação à preservação marinha é a dos recifes de corais que, segundo Fernandes et al ([2005?], p. 1) “os corais constituem colônias coloridas e de formas espantosas que crescem nos mares e podem formar recifes de grandes dimensões que albergam um ecossistema com uma biodiversidade e produtividade extraordinárias”. Sua formação se faz em águas limpas e pobres em nutrientes. Os recifes de corais são lembrados pela beleza que proporciona, porém não são apenas isso, e sim uma fonte de alimento e proteção para outros seres vivos ali existentes, inclusive daqueles que o homem se alimenta, como peixes, caranguejos, lagostas, entre outros.

Fernandes et al ([2005?], p. 1) afirma que as áreas que apresentam recifes estão sob ameaça constante, visto que é um dos ecossistemas mais frágeis do mundo. Cerca de 35 milhões de recifes de corais foram destruídos pelo Homem em 93 países. Fica bem claro que, se continuar nessa proporção, haverá um momento em que não existirão mais corais. Percebe-se, então, a fragilidade que este ambiente apresenta e por isso uma necessidade em preservá-lo. Silva (2009, p. 19) afirma que “no Brasil existem nove UCMs que englobam ambientes recifais, onde o turismo é praticado em quase todas elas”.

As UCs são divididas em dois grupos: proteção integral e áreas de uso sustentável. O grupo “áreas de uso sustentável” é onde se encaixa o objeto de estudo deste presente trabalho que de acordo com a Lei nº 9.985/00 (art. 15)

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental;

II - Área de Relevante Interesse Ecológico;

III - Floresta Nacional;

IV - Reserva Extrativista;

V - Reserva de Fauna;

VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Dentro desse grupo, a categoria estudada é a I que diz respeito às áreas de proteção ambiental (APAs) que segundo Rylands e Brandon (2005) têm por finalidade disciplinar as atividades humanas proporcionando o uso sustentável dos recursos naturais e a qualidade ambiental para as comunidades locais, através de planos de manejo e zoneamento. Ainda segundo a Lei nº 9.985/00 (art. 15)

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

Essas áreas são as mais predominantes no Brasil existindo o total de 181 delas, estas apresentam a possibilidade de plano de manejo que consiste em um plano para administrar o local e que permite a utilização da área para determinadas atividades. Com isso, as unidades de conservação de uso sustentável encaram o desafio maior de definir o que pode ser utilizado, quem

pode utilizá-lo e quanta utilização é sustentável (RYLANDS; BRANDON, 2005, p.34).De acordo com Silva, Ferreira e Amaral (2009, p. 86), “as UCs são espaços que também têm objetivos econômicos imbuídos em sua criação, sendo o exemplo de mais destaque o turismo pois, de certa forma, cada vez mais elas vem se tornando espaços turísticos.”

No entanto, o turismo é uma das atividades que pode ser desenvolvida em uma área de proteção ambiental com o objetivo de preservar o local, assim como trazer benefícios à comunidade e conscientizar o turista. Quando se fala em turismo em uma área de preservação de recifes de corais, o turismo pode contribuir com a conservação e gerar empregos, no entanto, pode impactar de forma negativa no local, como é comum se ver corais partidos para serem vendidos aos turistas, tocar neles durante os mergulhos, caminhar em cima deles, colher organismos durante mergulho, dentre outras atitudes. Para isso, é preciso que o planejamento turístico seja bem pensado e que este tenha um enfoque sustentável. Geralmente, o segmento explorado nas APAs é o ecoturismo, que segundo Beni (2006, p.455) é

Denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte do local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável.

Para que a atividade turística tenha sucesso nessas áreas, os diversos atores que estão envolvidos diretamente ou indiretamente no processo devem estabelecer um diálogo e participar de forma ativa de todo o processo de planejamento, pois as APA's “[...] foram criadas com o intuito de conservar a natureza e promover a qualidade de vida da população. Seu maior desafio é compatibilizar seus objetivos com as atividades econômicas do local”(HOEFFEL, 2008, p.134). Com o envolvimento efetivo de todos, há uma maior facilidade de encontrar meios para alcançar os objetivos tanto da preservação ambiental como do desenvolvimento econômico, evitando

possíveis conflitos na hora do manejo. Além disso, o turismo nesse tipo de área atrai bastante atenção, pois como afirma Santiago et al (2010, p.3)

É notório o interesse de alguns turistas por áreas preservadas, por esses espaços proporcionarem um maior contato com elementos de uma natureza quase intocada. Por isso, eleva-se as discussões acerca dos impactos gerados por este fluxo crescente de pessoas em espaços sensíveis e finitos que podem ser drasticamente alterados pela ação humana se não ocorrer um planejamento adequado por parte dos gestores.

Apesar da criação de APA's para promover a preservação de determinado ambiente, muitas delas não obtêm sucesso, como é o caso na APA do Litoral Sul de Sergipe (destino turístico) que conta com uma série de instrumentos de planejamento, como o zoneamento ecológico econômico, plano de manejo e plano de gestão da orla marítima, a área encontra-se em processo constante de degradação em decorrência de ações humanas, como afirma Oliveira et al (2008, p. 47).

Mesmo com a existência desses instrumentos, a preservação só tem sucesso quando existe o comprometimento de todos os atores e quando todos os pilares são considerados na hora do planejamento, bem como concluiu Oliveira et al (2008, p. 54). Para que a gestão do turismo se torne sustentável na APA Litoral Sul, é necessário que as dimensões ambientais, sociais, legais e econômicas sejam consideradas integradamente.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

No início do estudo foi feita uma pesquisa bibliográfica que “se trata do levantamento de toda bibliografia, ou seja, fontes secundárias já publicadas e que tenha relação com o tema em estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 1986, p. 58). Dentro desse processo é possível criar uma base conceitual sobre o tema abordado, além de conhecer outros estudos parecidos e traçar uma ponte ou comparações entre a pesquisa em questão e as realizadas por outros pesquisadores.

Para que os objetivos da pesquisa desse trabalho fossem atingidos, o estudo requer além da pesquisa bibliográfica uma pesquisa de campo teve caráter exploratório que segundo Rodrigues (2007) tem como objetivo a caracterização inicial do problema, sua classificação e de sua definição- é o primeiro estágio da pesquisa. O estudo assumiu também um caráter descritivo em que os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados (RODRIGUES, 2007).

O tipo de pesquisa foi qualitativo, pois é adequada para se obter conhecimento mais profundo de situações específicas (DENCKER, 2003). No campo, um método de observação que tem como base a observação sistemática não participante, visto que “o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora” (MARCONI, 1986, p. 68); individual, pois é realizada apenas por um pesquisador; na vida real, que como afirma Marconi (1986) são observações feitas no ambiente real em que se registram os dados à medida que forem ocorrendo, espontaneamente, sem preparação para tal.

3.2 ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

A pesquisa foi censitária já que toda a população foi entrevistada. A coleta de dados fez-se no período 22, 23 e 24 de setembro de 2011, entrevistou-se 14 pescadores, ou seja, todos os atuantes nos passeios com os turistas para o parracho com a finalidade de mergulho, todos eles são cadastrados no IDEMA, sendo um deles esperando a aprovação do cadastro. No início de 2012, o número de pescadores cadastrados passou para 28.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foi usado apenas um instrumento de coleta de dados, um roteiro de entrevista (ver apêndice A) voltado para os pescadores atuantes na atividade de turismo recreativo, os cadastrados no IDEMA. A entrevista continha 20 perguntas, sendo 14 perguntas em aberto que foram montadas para responder os objetivos específicos do estudo, e seis perguntas fechadas no final da entrevista para identificar o perfil do entrevistado.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A interpretação e análise dos dados se fizeram a partir de análise de conteúdo que consiste segundo Moraes (1999, p. 1) em:

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

Visto que a pesquisa se faz com uma comunidade e que as entrevistas permitem uma coleta mais aberta, optou-se por esse método, pois nesse caso é preciso compreender a situação atual. Além da análise de conteúdo, usou-se a análise descritiva, que segundo Dencker (2003, p.93) “quando a proposta é obter um maior conhecimento do fenômeno, em geral se emprega a análise descritiva que permite maior visualização dos fatos”.

3.5 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi realizado na comunidade de Maracajaú localizada no município de Maxaranguape no Estado do Rio Grande do Norte (RN), fica a 60 km de Natal a capital do Estado. De acordo com o IBGE, Maxaranguape tem a sua área territorial de 131 km², uma população de 10.441 habitantes, seu bioma é de caatinga e Mata Atlântica, a economia é baseada de serviços e agropecuária, densidade de urbanização 37,71, IDH de 0,608 e tem clima tropical chuvoso.

Já Maracajaú tem uma população de aproximadamente 2.000 habitantes e suas principais atividades econômicas são a pesca e o turismo – este último sendo fortemente explorado na realização de mergulhos para observação dos corais nos parrachos que fazem parte da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC-RN). É precedida pelo município de Rio do Fogo e sucedida pela Praia de Carnaúbas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS RECIFES DE CORAIS

Maracajá é uma vila de pescadores, que vive com hábitos e costumes tradicionais, ela até um tempo atrás era “esquecida” na gestão do Rio Grande do Norte, visto que nem acessibilidade existia, sendo uma dificuldade imensa para chegar ao local.

A comunidade local tinha como base econômica a pesca e, por isso também era conhecida como “Vila dos pescadores”, como diz Paiva (1997, p.10) “a atividade pesqueira tem, pois, uma função vital na história econômica e sócio-cultural da vila, sendo por isso o fator primordial na sua transformação”. Porém, depois de tanta exploração sem controle, a pesca sofreu um declínio gigantesco fazendo com que algumas espécies do local entrem em extinção, com consequente proibição de pescar estas espécies em específico e por ter seus períodos de altos e baixos.

Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de preservação do local, consequentemente o controle do seu uso. O IDEMA, então, criou a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais do Rio Grande do Norte (APARC-RN) através do Decreto Estadual nº 15.476, de 06 de junho 2001, com o objetivo de preservar os corais ali existentes e é atualmente a gestora da APA. A APARC tem três parrachos que são as principais belezas da região e uma área bastante sensível à ação humana: Cioba, Maracajá e Rio do Fogo. Sendo o parracho de Maracajá com aproximadamente 9 km de comprimento e 3 km de largura.

O Conselho Gestor da APARC foi estabelecido em novembro de 2001, e na sua análise Barbosa afirma que (2008, p. 24)

[...] desde a sua criação, constatou-se uma baixa participação dos moradores de Maracajá, sede da APA, em suas reuniões, apesar de os assuntos ali discutidos serem imprescindíveis para o local, pois as atividades do pólo turístico que ali está se instalando – com os famosos passeios às piscinas naturais existentes a poucos

quilômetros da costa – estão em conflito com a atividade pesqueira, tradicionalmente a base econômica do local.

A baixa participação da comunidade nas reuniões leva a uma tomada de decisão que não necessariamente atenderá ao que realmente quer a população local e dá margem para problemas futuros de interação da comunidade com o planejamento. Barbosa (2008, p. 25) constata também que as reuniões do Conselho Gestor apresentaram baixa frequência dos participantes e irregularidades nas datas das reuniões. Silva (2009, p. 49) acrescenta que “desde a criação da APARC, as principais decisões do Conselho Gestor foram as que estabeleceram as Normas Para Disciplinamento das Atividades Desenvolvidas no Território da APA e Plano de Gestão da Pesca”.

A comunidade faz parte da área de influência direta da APARC-RN. Depois de sua criação, a atividade turística passou a ser a única atividade que contribui financeiramente para a manutenção da APA através de duas taxas pagas pelas empresas, uma à prefeitura de Maxaranguape e outra ao IDEMA (SILVA, FERREIRA; AMARAL, 2009, p. 89). Visto que devido a essas belezas naturais, as empresas resolveram investir em mergulhos com turistas no local, no entanto, depois da criação da APARC, foram criadas algumas restrições para elas limitando o número de pessoas que elas podem levar para os mergulhos.

Além dos limites implantados para as empresas, os pescadores tiveram restrições para a atividade pesqueira, o que causou uma desestabilidade nestes, já que a pesca fazia parte do seu cotidiano e era uma atividade desenvolvida durante muito tempo, sendo não só um trabalho e sim uma tradição atrelada à cultura do local. Após essas restrições estabelecidas, muitos deles começaram a procurar outros meios para complementar a renda, já que a pesca não atendia mais às suas necessidades e diante disso, muitos deles despertaram interesse em manusear mergulhos com os turistas como fazia as empresas.

Depois que a localidade começou a ser vista como um forte potencial turístico, devido às suas águas transparentes e formações de corais a 7 km da

costa, o desenvolvimento da atividade turística ganhou o seu destaque na localidade e começou a ser mais visualizada pela comunidade. Com isso, os pescadores foram aos poucos se voltando para a atividade turística, atualmente utilizam os seus barcos para a realização de mergulhos com os turistas nos parrachos (formações de corais), que dura aproximadamente 2h30, o principal atrativo da região.

Foi criada a Colônia dos Pescadores (figura 2) e para os pescadores foram concedidas cotas dos mergulhos, sendo 109 cotas na alta estação e 81 na baixa, fiscalizadas pelos monitores ambientais. Segundo Silva, Ferreira e Amaral (2009) seis empresas e a Colônia dos Pescadores de Maracajaú têm autorização para desenvolver o mergulho turístico recreativo e de lazer no parracho. Apesar de a Colônia ter autorização para desenvolver o mergulho, nenhum dos pescadores atuava com os mergulhos, então repassavam a cota para uma empresa. Por volta de 2008, um deles resolveu desenvolver passeio e foi proibido. No entanto, entrou na justiça e conseguiu autorização para a realização de mergulhos com os turistas, o que deu margem aos outros pescadores, que na época eram seis interessados. Uma parcela da comunidade se uniu para reivindicar seus direitos conseguindo, assim, oito cotas para cada na alta estação.



Figura 02 – Colônia de Pesca de Maracajaú

Créditos: Cochand, 2011.

Dentro desse contexto, a Associação do Turismo de Base Comunitária de Maracajaú (ATBCM) foi constituída em 18 de julho de 2010, que tem sua sede provisória na Avenida Senador Dinarte Mariz, 143, Maracajaú, Maxaranguape, RN, CEP 59580-000 e foro no Município de Extremoz/RN. As finalidades desta são, de acordo com o estatuto (2010, p. 1):

- Promover o turismo de base comunitária;
- Promover a defesa do meio ambiente, do patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- Promover o desenvolvimento local;
- Promover a cultura, a arte, o esporte e o lazer;
- Representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, quando expressamente autorizados.

A ATBCM tem sua Diretoria composta por Coordenação Executiva; Coordenação Financeira e Secretaria Geral. Hoje em dia a associação é composta por mais de 100 pessoas. Os planos da Associação do Turismo de Base Comunitária de Maracajaú são: cotas individuais para os autóctones atuantes no turismo, essa meta já foi alcançada; mutirão de limpeza na praia, que foi que tem como objetivo conscientizar a população local assim como mostrar ao Estado a importância da limpeza – essa meta foi abandonada; Centro de Artesanato que tem como objetivo fazer com que as mulheres possam se beneficiar do turismo. Em 2012, a ATBCM foi deixada de lado pela dificuldade de mobilização da comunidade que provocou um desestímulo.

Até 2011, o limite de embarcações cadastrados no IDEMA para atuar nos mergulhos era de 22. No início de 2012, houve um novo recadastramento, as cotas passaram de 220 por dia e ficou definido que 28 embarcações poderiam atuar, porém o limite de embarcações permaneceu 22, com isso, o IDEMA ficou de definir um rodízio. Ainda nesse mesmo ano, foi definido o limite de pessoas por embarcações é de 12, sendo 2 tripulantes e 10 turistas.

Nessa mesma área o estudo de Silva, Ferreira e Amaral (2009, p.101) diz que:

É fundamental para a preservação do local que todos compreendam que são responsáveis pela preservação do Parracho. Entendendo a importância do Parracho para o meio ambiente, turistas e moradores colocar-se-ão como colaboradores ativos em sua preservação, diminuindo consideravelmente os impactos negativos que a atividade turística, dentre outras, causa no local.

Percebe-se que os estudos que dizem respeito ao turismo desenvolvido em APA, entram em acordo quando afirmam que a atividade tem que ser planejada de forma adequada envolvendo todos os atores a fim de incentivar a participação deles, assim como conscientizá-los. Esse planejamento tem que levar em consideração três importantes elementos: a comunidade, o meio ambiente e a economia.

4.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Após a análise das respostas obtidas a partir das entrevistas, é possível visualizar o perfil e a situação econômica atual dos pescadores. Conforme observado no gráfico 1, todos os entrevistados são do gênero masculino, sendo 50% casados e 50% solteiros. Quanto ao grau de escolaridade, 11 deles têm ensino fundamental, dois ensino médio completo e um o ensino médio incompleto, percebe-se que todos eles são alfabetizados.

Visto que na pesca, dentro das comunidades tradicionais, os homens iam ao mar e as mulheres ficavam em terra desenvolvendo o trabalho que requer menos exigências físicas. Aqui, percebe-se que o mesmo acontece com o turismo, já que somente homens atuam com as embarcações.



Gráfico 1: Perfil dos entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No gráfico 2, vê-se que a predominância de idade dos entrevistados é entre 30 e 55 anos, a relação no gráfico em idade versus os entrevistados, tem-se então a idade específica de cada um.

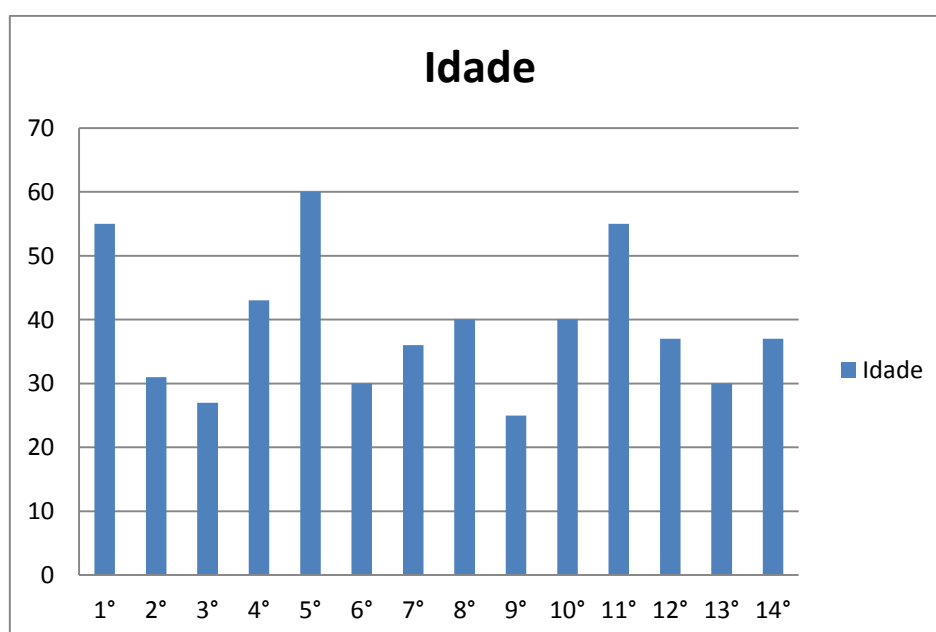


Gráfico 2: Idade dos entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A renda mensal de seis dos entrevistados é de 500,00 a 1.000,00 reais, sendo o segundo lugar a renda de 3.000,00 a 5.000,00 reais, composto por quatro deles (gráfico 3). A renda familiar é considerada, por eles, melhor atualmente do que no tempo da pesca, e muitos não desenvolvem o turismo como complemento da renda e sim como a principal. Na atividade de mergulho, o retorno econômico, segundo eles, é mais fácil e menos árduo do que a pesca.

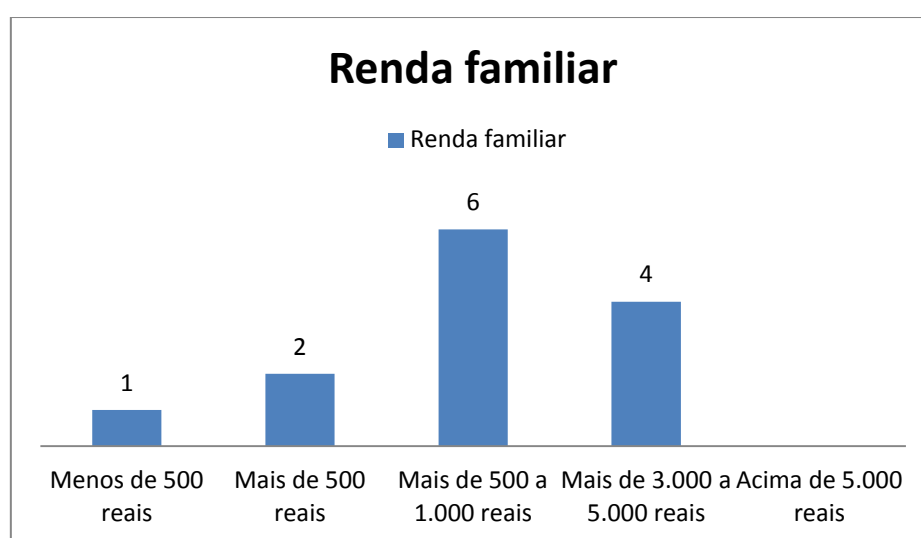


Gráfico 3: Renda familiar
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Conforme se observa no gráfico 4, 36% dos entrevistados moram com mais de 5 pessoas, 22% com três pessoas, 21% com quatro pessoas, 14% com duas pessoas e 7% com uma pessoa. Levando em consideração o número de pessoas que moram com os pescadores, muitas vezes essa renda não possibilita atender as necessidades básicas deles, pois a maioria mora com pelo menos cinco pessoas o que leva a um alto número de despesas. Então, como muitos dos entrevistados comentaram, entre uma pergunta e outra, a situação após o declínio da pesca era praticamente de miséria e hoje vivem se comparado com o passado, bem melhor. Porém, será que essa melhora realmente atende ao que eles precisam de fato para se manter?

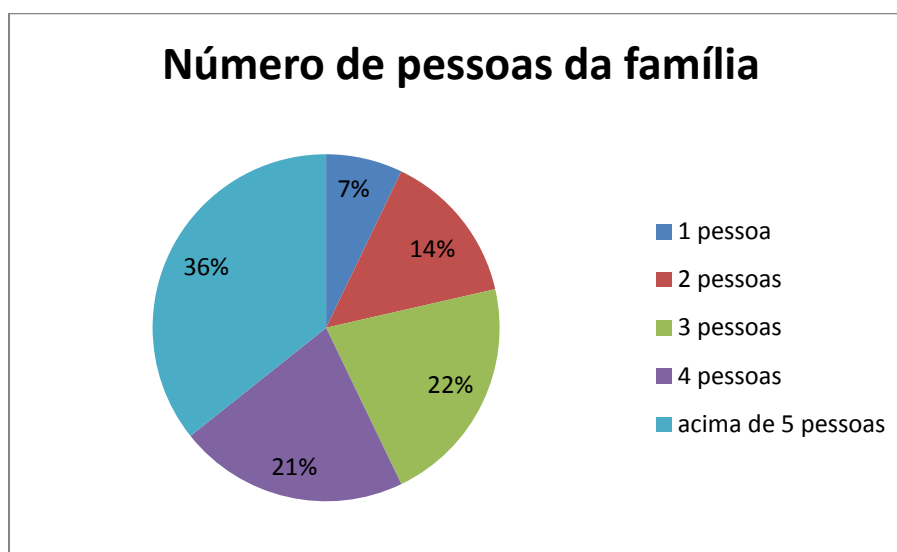


Gráfico 4: Número de pessoas da família
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

4.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PESCADORES NO TURISMO DE MARACAJÁ

O tempo de atuação dos pescadores nos passeios com os turistas para o parracho é recente, visto que a autorização para atuar nesse segmento é recente, o maior tempo de duração é de dois anos e meio (iniciou em 2008), ver gráfico 5.

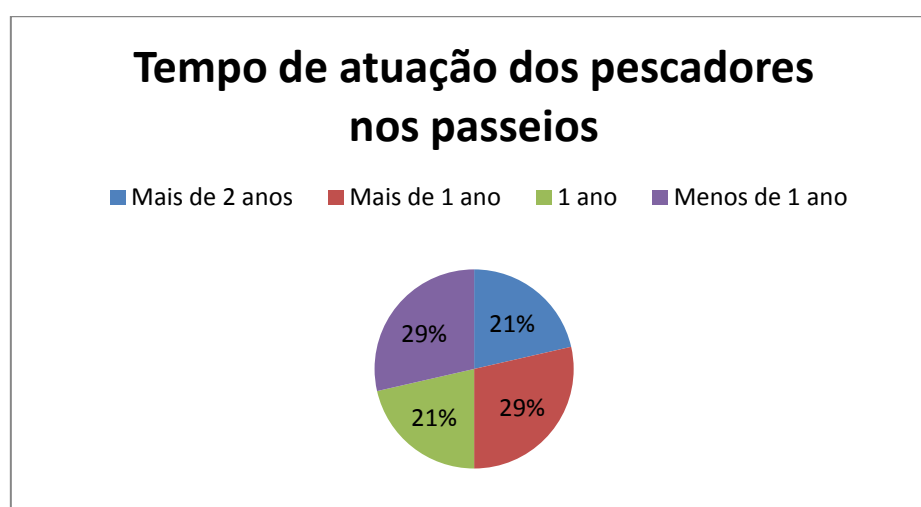


Gráfico 5: Tempo de atuação dos pescadores nos passeios
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Na tabela 1, percebe-se que o motivo predominante que levaram os pescadores para a atividade de mergulho, se fez por ser mais rentável do que a pesca atualmente. Um dos entrevistados explicou que “a rentabilidade varia e depende da época, da água e do tempo”. No período de alta da pesca, eles costumavam trabalhar o dia todo e muitas vezes de madrugada, agora com o turismo, trabalham geralmente 4 horas por dia o que comparado a antes traz mais qualidade de vida para eles.

Motivos	f	%
Declínio da pesca	4	28,6%
Melhor fonte de renda	11	78,6%
Redução do tempo de trabalho	1	7,15%
Total	16	114,35%

TABELA 1 – **Motivos que levaram os pescadores a entrarem na atividade de mergulho**
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Como a atividade de mergulho começou a ser desenvolvida pelos pescadores para ser complemento, foi perguntado qual é a outra fonte de renda destes. Apenas três dos entrevistados responderam ter outro trabalho além dos mergulhos: dois ainda pescam e um abriu um comércio com o dinheiro obtido com os passeios. O restante atua apenas no turismo - um dos entrevistados não respondeu esta pergunta (gráfico 6).



Gráfico 6: **Fontes de rendas dos pescadores**

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Vê-se então que o objetivo de complementar a renda não está sendo atingido e que na realidade os passeios estão servindo como fonte de renda principal, a pesca está sendo deixada de lado pela comunidade que se voltou para a atividade turística. A grande preocupação agora é saber até que ponto é interessante, deixar a pesca para se focalizar apenas no turismo, visto que a atividade pesqueira faz parte da cultura local que está enraizada desde muito tempo na vila. O turismo é um fenômeno novo na localidade que requer consolidação e provavelmente não tem espaço para todos, por isso, uma alternativa de fonte de renda ou mesmo a própria pesca não podem ser deixadas de ser levadas em consideração.

Antes da atuação destes no mergulho, como visto na tabela 2, metade deles já trabalhavam no turismo, todos eles em empresas de mergulhos, seja como guia ou pilotando. Apenas cinco dos 14 entrevistados atuavam exclusivamente na pesca antes de entrar na atividade de mergulho, ao passo que, quatro pescaram quando criança. Dois não responderam essa pergunta. Então, percebe-se que, na realidade, nove dos entrevistados realmente tiveram

contato com a pesca e três não atuaram na atividade pesqueira. Dentro desse quadro, pergunta-se: será que os entrevistados devem ser considerados pescadores? Os dados demonstram “ex-pescadores”, já que apenas cinco eram realmente atuantes na pesca antes de se inserir na atividade de mergulho.

Atividades	f	%
Pesca (quando crianças)	4	35,8%
Pesca	5	28,6%
Turismo	7	50%
Monitor ambiental	1	7,15%
Total	17	121,25%

TABELA 2 – **Atividades desenvolvidas pelos pescadores antes da atividade de mergulho**
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A maioria (cinco) dos autóctones que entraram na atividade de mergulho não tiveram orientação efetiva de modo organizado para desenvolver os mergulhos com os turistas. Muitos deles (78,6%) já tinham experiência com mergulho, pois já trabalhavam na área do turismo nas empresas voltadas para mergulho (tabela 3). Com isso, fica claro que os pescadores atuantes no mergulho com os turistas não tiveram orientação adequada, sem regras específicas e sem treinamento para tal atividade – em nenhum momento identifica-se uma organização na inserção desses na atividade turística. Fato esse que prejudica a qualidade da atividade, segurança e atendimento ao turista.

Após a coleta de dados, no início de 2012, houve um curso de 20 horas sobre mergulho. Porém, sabe-se que 20 horas de curso não acrescenta significativamente conhecimento mais específico sobre a área que na realidade, é preciso de treinamento contínuo com os autóctones atuantes na atividade, assim como cursos para a comunidade local como um todo.

Forma como os pescadores entraram na atividade de mergulho		
	<i>f</i>	%
Conhecia a área	11	78,6%
Percebeu que era mais rentável	1	7,15%
Não informaram	2	14,29%
Total	14	100%
Orientação que os pescadores receberam para entrar na atividade de mergulho		
Orientação de pessoas da própria comunidade	3	21,43%
Teve orientação	2	14,29%
Marinha	2	14,29%
Curso SENAC (uma semana)	1	7,15%
Não teve orientação	5	28,6%
Não informou	1	7,15%
Total	14	100%

TABELA 3 – Forma como os pescadores entraram na atividade de mergulho

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Como observado no gráfico 7, o número de turistas que cada embarcação leva por dia, como esperado, varia na alta e baixa estação – visto que a atividade é sazonal. Em torno de oito pessoas por dia na alta estação em cada embarcação e seis pessoas por dia na baixa estação em cada embarcação (figura 3). Vale lembrar que o limite para cada embarcação é de 8 pessoas. Após a coleta de dados, houve uma mudança no início de 2012 para o limite de pessoas em cada embarcação que passou é de 8 para 12 pessoas, sendo 10 turistas e 2 tripulantes.

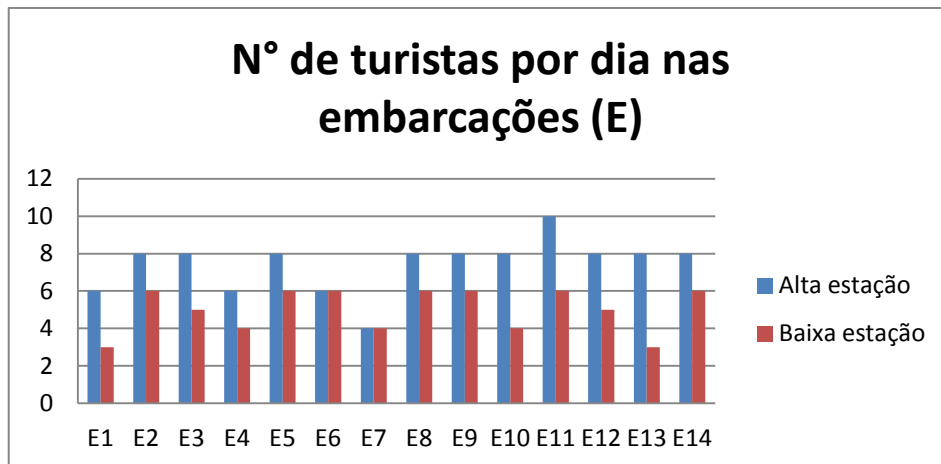


Gráfico 7 – Nº de turistas por dia nas embarcações
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.



Figura 03 – Embarcações
Créditos:Cochand, 2011.

Com relação ao preço cobrado pelos passeios, segundo um dos entrevistados os preços são padronizados, porém percebe-se uma variação nos valores cobrados, já que dois deles cobram R\$ 40,00 por pessoa, enquanto que cinco cobram R\$ 50,00 e sete informam cobrar R\$ 75,00 (tabela 1). Em uma das entrevistas foi revelado que desses R\$ 75,00, R\$ 15,00 são repassados para os guias que levam os turistas até a embarcação. Além disso, crianças menores de seis anos não pagam o passeio.

Valor do passeio/pessoa			
Valor cobrado	R\$ 75,00	R\$ 50,00	R\$ 40,00
Quantidade de pescadores que cobram esse determinado valor	7	5	2
Porcentagem	50%	28,6%	14,29%

TABELA 4 – Valor do passeio/pessoa

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

4.4 PERCEPÇÃO DOS PESCADORES COM RELAÇÃO À ATIVIDADE TURÍSTICA

Segundo os pescadores, o que mais se precisa para melhorar a atividade de mergulho em Maracajaú é qualificação (50% dos entrevistados), para melhorar o atendimento ao turista e aumentar a qualidade da execução dos passeios realizados. O segundo tópico mais comentado por eles (35,8% dos entrevistados) é o tocante à divulgação dos passeios desenvolvidos pelos autóctones e o terceiro tópico e não menos importante diz respeito ao apoio do governo na atividade, ver tabela 5.

O que precisa para melhorar o passeio		
Precisa:	<i>f</i>	%
Investimentos no Turismo	1	7,15%
Apoio do governo	4	35,8%
Qualificação	8	57,15%

Divulgação	7	50%
Fiscalização	2	14,29%
Segurança	4	35,8%
Trapiche para embarcar	5	28,6%
Adaptação das embarcações	2	14,29%
Total	33	243%

TABELA 5 – O que precisa para melhorar o passeio

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A principal dificuldade encontrada durante o passeio é segundo os entrevistados, conforme observado na tabela 6, a falta de conhecimento de outro idioma no momento de atendimento ao turista estrangeiro. 35,8% dos entrevistados afirmam não ter dificuldades durante a execução da atividade de mergulho.

Dificuldades encontradas durante o passeio		
Dificuldades	f	%
Idioma	4	35,8%
Variações climáticas (ex: chuva)	1	7,15%
Dificuldade em encostar na plataforma	1	7,15%
Atendimento ao turista	2	14,29%
Concorrência com as empresas	1	7,15%
Afirmam não ter dificuldade	4	35,8%
Total	13	107%

TABELA 6 – Dificuldades encontradas durante o passeio

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Com relação a ter problemas com turistas, 12 responderam que não. Dois responderam já ter passado por algum tipo de problema com os turistas (tabela 7), o primeiro disse ter tido problema com um turista que tirou a bóia e teve que pular na água por que o mesmo estava se afogando. O segundo já recebeu reclamações algumas vezes por causa da cor da água por parte de turistas.

Problemas com turista		
	Sim	Não
Já teve problemas com algum turista?	2	12
%	14,29%	85,8%

TABELA 7 - **Problemas com turista**

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Os entrevistados tem bastante consciência do que precisa para melhorar os passeios com os turistas, por isso, é de fundamental importância estes serem ouvidos e suas opiniões serem levadas em consideração na hora de planejar e investir na atividade turística do local. Pelos dados obtidos, a melhora do desenvolvimento da atividade de mergulho não depende somente deles e sim de uma série de fatores para alcançar sucesso. A atividade turística, é complexa, requer a união de vários elementos para atingir o objetivo, o que se percebe aqui é uma falta de união dos agentes do turismo.

4.5 PRINCIPAIS DIFICULDADES E DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PESCADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Dentre as principais dificuldades encontradas no Turismo de Maracajaú/Rn, segue abaixo, na tabela 8, as respostas dos pescadores sobre os problemas atuais encontrados na atividade turística de maneira geral na comunidade. A maior deficiência segundo eles é a falta de apoio do governo (28,6%) para a atividade turística, em segundo lugar tem-se a falta de investimentos na comunidade que está totalmente ligado ao primeiro e educação no terceiro lugar, além disso, há uma preocupação significativa com a limpeza da cidade (21,43%).

Um dos entrevistados sugere a criação de mais atrativos para que o turista permaneça mais tempo na comunidade, como desenvolver um teatro, qualificar as mulheres dos pescadores na parte de culinária para atender os

turistas em suas casas e desenvolver passeios alternativos para não sobrecarregar os parrachos. Segundo eles, o posto de saúde (figura 04) não tem a estrutura necessária para atender tanto a comunidade e turistas, sugere-se, além disso, implantar um UTI móvel. O aumento do policiamento na comunidade (figura 05) é outro ponto destaque que aparece durante as entrevistas, visto que com o turismo a violência começou a surgir de maneira mais significativa.

Dificuldades do Turismo em Maracajá/RN		
Sugestões dos entrevistados	<i>f</i>	%
Investimentos na comunidade	4	35,8%
Apoio do governo	5	28,6%
Educação	2	14,29%
Saúde	4	35,8%
Segurança na cidade	2	14,29%
Qualificação	1	7,15%
Desenvolver o turismo comunitário	1	7,15%
Limpeza da cidade	3	21,43%
Ter um ponto de vista melhor na cidade	1	7,15%
União entre as empresas e comunidade	1	7,15%
Saneamento básico	1	7,15%
Criar alternativas de atrativos	1	7,15%
Infraestrutura turística	4	35,8%
Manter o turista na comunidade para que este pernoite	1	7,15%
Fechar a primeira entrada para que o turista passe por dentro de Maracajá	1	7,15%
Total	32	243,21%

TABELA 8– Dificuldades do Turismo em Maracajá/RN

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.



Figura 04 – Posto de Saúde de Maracajaú
Créditos:Cochand, 2011.



Figura 05 – Posto Policial de Maracajaú

Créditos:Cochand, 2011.

Percebe-se que existem muitas dificuldades por parte dos pescadores com relação ao turismo e a sua grande maioria não depende somente deles e sim de um planejamento como um todo. A atuação do próprio estado para desenvolver o turismo da melhor maneira na comunidade. Assim como, a partir das afirmações citadas por eles, prova que a comunidade conhece o que o destino necessita para ter sucesso – quando essas observações trazidas por eles começar a serem levadas em consideração na hora de planejar, será possível identificar os reais problemas da comunidade. Porém, apesar de conhecerem muitos problemas que dizem respeito ao turismo, nota-se uma falta de reconhecimento das falhas deles, e das próprias dificuldades encontradas na hora da prática o que pode prejudicar a identificação dos reais obstáculos enfrentados pelos pescadores.

Quando perguntado qual a importância do meio ambiente para o turismo, todos os entrevistados o consideram muito importante para a atividade, e tem total consciência de que a degradação ambiental afeta diretamente a atividade turística, principalmente em Maracajaú. Percebe-se esse posicionamento em algumas frases ditas durante as entrevistas sobre o assunto *“é preciso preservar o meio”, “só mantém o passeio com a natureza preservada”, “é a parte mais importante”, “sem a natureza não tem turismo”, “não existiria turismo sem meio ambiente”, “é a porta de entrada para o turismo”, “não só para o turismo”, “não se pode deixar acabar”, “se não preserva, não tem turismo”*. Além disso, um deles diz passar informações para que os turistas não pisem nos corais. O nível de consciência sobre preservação ambiental de antemão parece bem significativo e consolidado, pelas respostas obtidas dos entrevistados, fato esse positivo, pois se obtendo a consciência da própria população, é possível disseminá-la para outros integrantes da comunidade, assim como os turistas.

Porém, na observação em campo, destaca-se o fato de não haver placas ou informativos no local sobre a APARC – RN que explica o que é uma Área de Proteção Ambiental, assim como a importância de preservar o meio

ambiente. Além disso, não basta a comunidade saber que a preservação é importante, ela precisa saber como se faz a preservação de forma adequada, para isso, é preciso cursos e ações constantes no local. Na figura 6 é possível visualizar a praia de Maracajaú.



Figura 06 – Praia de Maracajaú
Créditos: Cochand, 2011.

Sobre os benefícios que o turismo trouxe para a comunidade, todos afirmaram que tiveram muitos pontos positivos, apenas um deles afirmou que o turismo além dos benefícios, trouxe tráfico de droga, prostituição e roubos. Entre os benefícios trazidos tem-se: o acesso à Maracajaú; emprego formal (carteira assinada) e renda; valorização da riqueza natural; orientação à respeito do meio ambiente; melhora na qualidade de vida; diminuição da carga horária de trabalho (4h por dia); ajuda nos comércios locais; construção de outros colégios; as casas tem mais acesso à internet e TV; muitos tem um maior acesso à alimentação básica melhor e tem possibilidade de reformar suas casas. E por fim, um dos entrevistados registra “o turismo é a solução”.

Os benefícios que o turismo trouxe para a comunidade são muitos e vem melhorando cada vez mais para a população, mas é preciso tomar cuidado com essa mudança brusca do quadro social da comunidade, o local precisa de organização e planejamento. É preciso preparo para receber tais mudanças, senão, com o tempo a população local pode ser colocada na zona periférica e participar apenas como mero figurante da atividade turística o que provoca aumento das desigualdades sociais.

Uma das maiores barreiras para os autóctones atuantes no mergulho é a captação de turistas, pois as empresas exploradoras já estão consolidadas e recebem fluxos grandes de turistas que já compram o passeio previamente nos hotéis em que estão hospedados ou agências em Natal, que é geralmente o primeiro destino visitado no Estado.

Então, para captar os clientes, os pescadores ou os guias locais vão às ruas e tentam convencê-los a fazer o passeio, estes indicam as embarcações dependendo do valor da comissão e do estado da embarcação. Vale salientar que Maracajaú é um destino de passagem, sendo difícil os turistas pernovernarem e na maioria das vezes não entram para visitá-la, visto que esta não tem estrutura para recebê-los, ou seja, poucos são os turistas que os autóctones conseguem abordar dentro da comunidade. A captação então também se faz em uma rotatória chamada de “trevo” que é uma das entradas de Maracajaú, onde praticamente todos os visitantes passam.

Antes de levar os turistas para o mergulho, existem três pontos de apoio em que os autóctones podem levá-los. Entre si são organizados para a execução da atividade, fazem rodízio já que não podem ir todos de uma vez para os parrachos e já tem os pontos definidos. Os pontos são: 4 embarcações no restaurante Corais; 3 embarcações na pousada Tereza Pança; 5 embarcações no Restaurante do Júnior. Alguns preferem não usar ponto de apoio. Em 2012, esse rodízio continua, porém, como houve o aumento das embarcações cadastradas o IDEMA vai definir de que forma será feito o rodízio.

Diante disso, os pescadores que usam o ponto do Corais, estão a procura parceria com agências para facilitar a captação de turistas das quatro

embarcações que se utilizam desse ponto para apoio. Alguns têm folders para divulgação e os donos de três embarcações fizeram banners para a mesma finalidade.

Os autóctones têm uma preocupação em passar importância do meio ambiente e mostrar como ele está atrelado ao turismo, para a comunidade. Os entrevistados afirmaram que alguns turistas retornam para os passeios e que a maioria deles são nacionais.

Os pescadores que entram no turismo devem fazer o cadastro da carteira do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE) para poder atuar nos mergulhos. Diante disso, volta-se à pergunta como pode o turismo ser considerado um complemento na renda deles se estes não continuam trabalhando com a pesca? Por que se diz que são pescadores atuando no turismo se estes deixam a atividade da pesca de lado?

São fatos bem pertinentes, pois se percebe que o objetivo no início era justamente complementar a renda, e o resultado que se chegou foi se utilizar da atividade turística como renda principal. Isso reflete a falta de planejamento e controle da atividade e de todo o processo que levou a esses resultados. O turismo não pode entrar na comunidade para retirar o que existia na tradição, mas ao contrário, resgatar ou complementar as outras atividades existentes. Não pode haver uma substituição, já que o objetivo não é alternar os problemas e sim procurar uma melhor solução para eles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta a pergunta-problema: de que forma os pescadores atuam e relacionam-se no desenvolvimento da atividade turística de Maracajaú/RN? Conclui-se que os pescadores da comunidade de Maracajaú/RN atuam nos passeios com os turistas para ver as belezas naturais dos corais nos parrachos e é a única atividade desenvolvida por eles no turismo, que tem trazido benefícios se comparados com a atividade pesqueira após seu declínio. De início, a atividade turística era para ser um complemento na renda desses autóctones, após o desenvolvimento da atividade por eles, a maioria deixou a pesca para entrar no turismo por ter um retorno mais rápido e menos desgaste durante o trabalho.

Porém, o número de pescadores que se interessam pela atividade de mergulho vem aumentando cada vez mais e provavelmente chegará um tempo em que os mergulhos não poderão ser praticados por todos devido ao grande número de pescadores atuantes. Fato esse que deve ser levado em consideração de agora porque o retorno econômico também não será o mesmo. O limite de embarcações nos parrachos permanece, mas o aumento de embarcações querendo atuar só faz evoluir, então, a solução será fazer rodízios e conseqüentemente diminuir o retorno da atividade. Como se percebe no quadro atual, 2012, a limitação de embarcações é de 22, porém 28 são cadastrados, o que força o rodízio e diminui o retorno econômico.

A comunidade vê o turismo apenas como a realização de mergulhos com os turistas, muitos deles procuram se voltar para a mesma atividade, porém, se continuar assim, chegará um momento em que a atividade não terá mais retorno. O Parracho é único e tem seus limites, na medida em que mais embarcações entrar, estes deverão revezar até que não será mais possível suprir a todos. Por isso, é de grande importância que sejam criadas alternativas para a comunidade com o turismo em Maracajaú, assim a atividade poderá interligar e beneficiar todos os interessados. Para criar tais alternativas, é preciso também melhorar as condições existentes na localidade para receber a

atividade turística, visto que o básico não existe. É fundamental esse preparo para não levar a comunidade apenas à exploração desenfreada e impactar de forma negativa.

Dentro disso, além do preparo da infraestrutura do local, a comunidade precisa passar por cursos de capacitação na área de mergulho, atendimento ao turista, conscientização ambiental, entre outros. Esses cursos não podem ter duração de apenas uma semana, mas passar por algo mais efetivo que os ajude nas principais dificuldades enfrentadas no dia a dia com os turistas, como o atendimento ao cliente, cursos de idiomas, saber lidar com os diversos tipos de turistas (principalmente os receosos com o mergulho), manusear as embarcações de forma correta e passar por constantes treinamentos sobre a realização de mergulhos - sabe-se que com relação aos mergulhos, após a coleta de dados do presente trabalho, houve um curso de mergulho com carga horária de 20 horas. Todas essas etapas são importantes para a atividade realizada por eles, pois se fala aqui de mergulho no mar que requer bastante responsabilidade na sua execução.

Os autóctones atuantes na atividade de mergulho são cadastrados como pescadores, porém como se observou ao longo do trabalho, poucos são os que realmente atuavam na atividade pesqueira e o turismo atualmente é sua única fonte de renda. Por isso, podem-se considerar os 'pescadores' que desenvolvem a atividade de mergulho como 'ex-pescadores', já que sua atividade tradicional está ficando em segundo plano.

Os mergulhos praticados com os turistas precisam ter um controle para não comprometer a qualidade desses e a conscientização com a população local precisa ser constante, pois os parrachos são atualmente a maior riqueza da região. A comunidade precisa conhecer a fundo onde está inserida e o lugar que mora, preservar o meio ambiente e resgatar a cultura local, são dois pontos que precisam ser repassados para eles, assim a essência de Maracajá nunca irá se perder.

A conscientização não deve apenas focar a preservação do local, como também a melhora da imagem de Maracajá como destino, ressaltar a importância de explorar o turismo em outros segmentos, criando alternativas

para a atividade no local para contribuir com o aumento da permanência do turista, o que conseqüentemente pode trazer mais retorno à comunidade. Além disso, deve-se aumentar a conscientização ambiental no local, fazendo palestras e ações *in loco*, pois o ecossistema é muito frágil e se não houver controle, pode se perder no decorrer dos anos.

O turismo com práticas sustentáveis, que visa a economia, meio ambiente e cultura, deve ser incentivado, pois se bem empregado e organizado, ganhará forças no cenário estadual, já que turismo, comunidade e meio ambiente são fatores bem procurados pelos turistas que procuram lugares que tenham responsabilidade socioambiental. A premissa do turismo sustentável tem que ser seguida pela gestão de Maracajaú, pois traz benefícios econômicos, ambientais e sociais. Além desses benefícios, o turismo sustentável possibilita a consolidação de uma imagem boa no cenário turístico.

No momento em que os órgãos governamentais se voltarem para a região em questão e levar em consideração todos os problemas ali existentes, poder-se-á desenvolver um turismo com responsabilidade socioambiental, pois a comunidade está aberta para contribuir na melhora da atividade. Tem-se que incentivar o envolvimento da comunidade em todos os aspectos e procurar cada vez mais a preservação da natureza, pois a natureza em Maracajaú não se retém apenas aos parrachos. Com isso, Maracajaú tem tudo para ser um destino sustentável e de sucesso, porém, falta planejamento, qualificação e investimento público na comunidade.

REFERÊNCIAS

ALBAN, Marcus. **Turismo no Brasil**: a estratégia de expansão espacial e seus problemas. 2007. Disponível em:
<<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/292>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

ARRUDA, Rinaldo. Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In Anais do **Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. v. 1 Conferências e Palestras, p. 262-276. Curitiba, Brasil, 1997. Disponível em:
<<http://www.usp.br/nupaub/ArtigoCuritiba.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

BANDUCCI JR, Álvaro. **Turismo e identidade local**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BARBOSA, João Batista Machado. **Em busca do estado participativo**: os desafios da participação social na gestão ambiental. 2008. Disponível em:
<http://bdtd.bczm.ufrn.br/tesdesimplificado//tde_arquivos/29/TDE-2009-07-13T073828Z-2129/Publico/JoaoBMB.pdf>. Acesso em: 05 maio. 2012.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 11 ed. São Paulo: SENAC, 2006.

COSTA, Carlos. Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). **Revista Análise Social**,v. XL (175), 2005. p.279-295. Disponível em:
<<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n175/n175a02.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Revista Etnográfica**.v. III, n. 2. 1999. Disponível em:
<http://www.marsol.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo46/Vol_iii_N2_361-376.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2011.

ESCOUTO, Francélia de Moura Barros. **Educação ambiental, meio ambiente e turismo**. 2000. Disponível em:
<http://www.iesc.edu.br/pesquisa/arquivos/educacao_ambiental_meio_ambiente_turismo.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2011.

FAO. The State of World Fisheries and Aquaculture. 2010. Disponível em:
<<http://www.fao.org/docrep/013/i1820e/i1820e.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

FERNANDES, Filipe. et al. Recifes de Corais. **Portal São Francisco**. [2005?]. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/corais/recifes-de-corais-4.php>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

GONÇALVES, Ilania. **Turismo e meio ambiente: impactos ambientais e sustentabilidade**. 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/20115/1/TURISMO-E-MEIO-AMBIENTE-IMPACTOS-AMBIENTAIS-E-SUSTENTABILIDADE/pagina1.html#ixzz1MI1hhnm3>>. Acesso em: 4 abr. 2011.

HOEFFEL, João Luiz. et al. **Trajetórias do Jaguarú – unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n1/09.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

KALIKOSKI, Daniela Coswig. SEIXAS, Cristiana Simão. ALMUDI, Tiago. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. **Revista Ambiente e Sociedade**. Campinas v.XII, n. 1. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a11.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

MELO, Rodrigo de S. et al. **O turismo em ambientes recifais: em busca da transição para a sustentabilidade**. 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1154/115416146005.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

MERCADANTE, Maurício. Avanços na implementação do SNUC e desafios para o futuro. 2007. Disponível em: <http://assets.wwf.org.br/wwf-web-1.bluegecko.net/downloads/mauricio_mercadante_avancos_na_implementacao_do_snuc_e_desafios_para_o_futuro.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Caminhos do futuro: ecoturismo**. 2007. Disponível em: <http://www.avt.org.br/br/downloads/ecoturismo/ecoturismo_Mod1.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo com Mergulho Fernando de Noronha**. 2006. Disponível em: <<http://www.excelenciaemturismo.gov.br/arquivos/biblioteca/20094201145247411.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 03 fev. 2012.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita (Org.). **Ecoturismo no Brasil** ed. 1. Barueri, SP: Manole, 2005.

NOGUEIRA, Maria Francisca Magalhães. 2008. **Turismo e cultura.**

Disponível em:

<http://extras.ufg.br/uploads/119/original_artigo_goianidade.pdf> Acesso em: 12 set. 2011.

OLIVEIRA, Ivana Silva Sobral. et al. **Indicadores de sustentabilidade:** diretrizes para a gestão do turismo na APA Litoral Sul de Sergipe. 2008.

Disponível em:

<<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1154/115415175005.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

OURIQUES, Helton Ricardo. **IV Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo.** Elementos para uma análise do Turismo na economia – mundo capitalista. 2010.

Disponível em:

<http://www.gpepsm.ufsc.br/index_arquivos/OURIQUES_HR.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2011.

PAIVA, Eneida Varela de. **Pensando Maracajá:** uma vila de pescadores. 1997.

ROCHA, Jefferson Marçal da. Desenvolvimento e sustentabilidade no turismo: preceitos da teoria da capacidade de carga turística. **Rosa dos Ventos.** v. 3, n. 3, 2011. Disponível em:

<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/456/pdf_58>. Acesso em: 02 jun. 2012.

RYLANDS, Anthony B. BRANDON, Katarina. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em:

<http://www.conservacao.org/publicacoes/files/06_rylands_brandon.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2011.

SANTIAGO, Cristiane Maria Cordeiro. et al. **Desenvolvimento do turismo e seus impactos na APA do Delta do Parnaíba.** 2010. Disponível em:

<<http://www.uespi.br/prop/XSIMPOSIO/TRABALHOS/INICIACAO/Ciencias%20Humanas%20e%20Letras/DESENVOLVIMENTO%20DO%20TURISMO%20E%20SEUS%20IMPACTOS%20NA%20APA%20DO%20DELTA%20DO%20PARNAIBA.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

SANTOS, Rafael José dos. ARANTES, Eduardo Manchon. Turismo e dinâmica cultural em uma comunidade de pescadores artesanais: o caso do Farol de Santa Marta em Laguna (sc)1. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** v. 4, n. 1. abr, 2010. Disponível em:

<<http://www.revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/viewFile/315/317>>. Acesso em: 08 set. 2011.

SILVA, Clébia Bezerra da. FERREIRA, Renata Gonçalves. AMARAL, Ricardo Farias do. Análise da imagem que turistas e comunidade local têm da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais - APARC (RN). **Caderno Virtual de Turismo**. v. 9, n. 2, 2009, p. 85-102. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1154/115412528008.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

SILVA, Clébia Bezerra da. Análise da atividade turística desenvolvida na área de proteção ambiental dos recifes de corais – RN. 2009. Disponível em: <http://btdt.bczm.ufrn.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/29/TDE-2009-06-10T052125Z-2027/Publico/ClebiaBS.pdf>. Acesso em: 03 maio. 2012.

WÖHLKE, Marina. MORATELLI, Rafael Fachini. **O turismo e o terceiro setor – ética e responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável**. 2003. Disponível em: <<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=temas&tipo=temas&cd=400>>. Acesso em: 6 abr. 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DEPARTAMENTO DE TURISMO
CURSO DE TURISMO
LABORATÓRIO DE ESTUDO GEOAMBIENTAIS (LEGEIO)

Entrevista com os pescadores que atuam no turismo

Pesquisador.....Dia .../.../.... Hora.....

1. Desde quando você está fazendo os passeios (em meses)?
2. Por que você resolveu fazer os passeios?
.....
.....
.....
3. Você tem outro trabalho/emprego, atualmente? Qual?
.....
- 3.1 Mas, antes você trabalhava com o quê?
4. Quanto tempo você desenvolve essa atividade?
5. Entre essa atividade e o passeio, qual é a mais rentável?
.....
6. Como entrou na atividade turística? Teve alguma orientação?
.....
.....
.....
7. Quantas pessoas você leva por dia?pessoas.
8. Qual é o valor do passeio?.....reais.
9. O que você acha que deveria ser feito para melhorar o passeio com os turistas?
.....
.....
.....
10. Quais são as principais dificuldades encontradas durante o passeio?

.....
.....
.....

11. Já teve problemas com algum turista?

11.1 () Sim. Qual?

.....
.....

11.2 () Não.

12. O que poderia ser feito para melhorar a atividade turística em Maracajá/RN?

.....
.....
.....

13. Qual é a importância do meio ambiente para o turismo?

.....
.....
.....

14. O turismo trouxe benefícios para a comunidade?

14.1 Sim () Quais?

.....
.....
.....

14.2 Não () Por quê?

.....
.....
.....

Perfil do entrevistado:

1. Gênero

1.1. Masculino ()

1.2. Feminino ()

2. Estado civil

2.1 Casado(a) () 2.2 Solteiro(a) () 2.3 Divorciado(a) () 2.4 Viúvo(a) ()

3. Idade.....

4. Nível de escolaridade:

- 1º grau completo
- 1º grau incompleto
- 2º grau completo
- 2º grau incompleto
- Superior completo
- Superior incompleto

5. Qual sua renda familiar? () – de 500 reais () + de 500 reais () + de 500 a 1 000 reais
() + de 3 000 a 5 000 reais () Acima de 5 000 reais

6. Qual o número de pessoas de sua família?.....pessoas.